

TRIBUNA Livre

21
FEVEREIRO
1959

SEMANÁRIO DE CRÍTICA E ACTUALIDADES

EDITOR: PAULO BARBOSA DE MACEDO

DIRECTOR: ANTÓNIO JOSÉ DA COSTA

PROPRIEDADE: IRMÃOS BARBOSA DE MACEDO

COMPOSIÇÃO, IMPRESSÃO E REDACÇÃO: LARGO DO DR. OLIVEIRA SALAZAR - TEL. 62112 - AMARES

NO DEALBAR DUMA NOVA POLÍTICA

Temos acompanhado com o maior interesse a actividade e as declarações do ilustre titular da pasta do Interior.

Pela renovação criteriosa mas firme e decidida em que mostra estar seriamente empenhado e pelas declarações que tem feito a quando da posse de novas autoridades, não temos dúvida de que estamos em face do Homem de que o País tinha premente e inadiável necessidade.

As pessoas que nos conhecem e têm acompanhado e observado o nosso modo de agir sabem que não é aqui lugar paralouvaminha nem para a política abominável do incenso aos de cima e do elogio mútuo entre os de baixo. Por mim, precisava de dizer isto para me sentir autorizado a insistir na afirmação de que o País parece ter encontrado o Homem que tinha de surgir sem demora para não comprometermos tudo e tudo perdermos na avalanche da confusão, fim último a que pode levar a política de mentira, de ficção, das conveniências, a política dos «sepulcros caiados».

Não tendo tido tempo mais que para encetar a obra, o Ministro do Interior impôs-se já como o Homem do momento, sobretudo através dos seus extraordinários discursos. Nós não chamamos extraordinários aos discursos grandes, literários, bonitos. Nós, o País, os

que sofrem os erros da política na própria alma e não na carteira ou na empresa, todos nós achamos extraordinárias, prometedoras e inspirando segurança aquela meia dúzia de palavras que as circunstâncias e o acto exigem que se pronuncie e que, na sua singeleza

(Continua na 8.ª página)

CARTA DE ESPOSENDE PROBLEMAS MUNICIPAIS

As recentes e oportunas considerações do titular da parte do Interior, vieram levantar um pouco do manto que encobre a verdade, à cerca das atitudes de certas entidades para com o público.

Já era um lugar comum que os desmandos, ou diatribes, as injustiças, as vinganças mesquinhas e as perseguições aos que menos podem, tinham a plena concordância de certas entidades e que todos os protestos justos ou injustos, todas as reclamações eram recebidas com indiferença, sendo concedido ao detentor do mando plena inviolabilidade que criou por vezes a psi-

O caso de Vieira do Minho Uma resposta da Câmara

Recebemos do Snr. Presidente da Câmara de Vieira do Minho, a seguinte «resposta» ao que aqui fora escrito:

Numa carta dirigida ao Senhor Director de «Tribuna Livre» e publicada no número de 24 de Janeiro, procurou a Câmara de Vieira do Minho obter a concretização das injuriosas considerações produzidas em anterior número do mesmo semanário, onde eram directamente visados e desprestigiados aqueles que têm a responsabilidade da administração local.

Ainda bem que o Director

do Jornal assumiu a responsabilidade das suas afirmações e só foi pena que apontasse simplesmente alguns casos, com reserva de «zagalotes», criando assim uma dolorosa expectativa de ansiedade à opinião pública, ávida de escândalo.

Em seus prévios esclarecimentos, o Dr. António José da Costa fez muito bem em pôr em relevo a certidão de idade do jornal que dirige e os propósitos que o norteiam. Efectivamente, desconhecíamos o nome e a existência de tão desempoeirado semanário, e muito menos que a política distrital, que em sua modesta opinião vai de mal a pior, pesava sobre os robustos ombros de «Tribuna Livre»...

Sabíamos e sabemos, sim, que a política e a administração do Distrito de Braga eram superiormente orientadas pelo Ex.mo Senhor Governador Civil, e temos a certeza

(Continua na 2.ª página)

O caso do Abade

Ninguém acusou o Sr. Presidente da Câmara M. de Vieira, ao Sr. Governador Civil de Braga.

Aí vão os factos:

Verificado que no antepiano de Urbanização da Vila de Vieira, estava a futura nova Igreja para ser construída com a frente para o largo da nova Feira do Gado, com que de modo nenhum se poderia coadunar, e uma vez que a esse largo não se podia dar outro destino, fez-se à C.M., com a autorização do sr. Arcebispo, um requerimento e recebeu-se a devida resposta.

Perante essa resposta e entregue esta ao Ex.mo Prelado, o «Diário do Minho» sabedor do movimento e iniciativas de apostolado na arquidiocese, fez uma entrevista ao pároco de Mosteiro, e publicou-a em 25/7/1954.

O assunto da orientação da nova igreja, ouvido o Exmo. Prelado, foi exposto ao snr. Governador Civil, a quem se

(Continua na 2.ª página)

CARTA DE FAMILIÇÃO SIM, MUITO BEM

Com interesse, que logo fez crescer a minha apologia pronta, o belo artigo da Tribuna Livre «Muito bem, Senhor Ministro».

Já antes de o ver transcrito em diversos semanários, ou por inteiro ou por nacos, até à divulgação que dele fez o vespertino lisboeta «Diário Ilustrado», disse para mim que havia de louvar o jornal pela sua coragem.

Estamos cada vez mais frente a problemas sérios que nos afligem, desde os de cultura séria para a nossa adolescência irrequieta e ávida de saber, até aos de administração pública que, em alguns sectores, se tornou caótica ou à falta de homens de mensagem impressa na alma ou à força de se manterem em lugares de mando, nas diferentes autarquias, homens ultrapassados ou envelhecidos.

São homens que entram numa peça sem acção—quando o que se precisa é de dinamismo, é de coragem moral. Depois, de quando em vez, a cena mudava, mas o pano de fundo era sempre

o mesmo. Compreendemo-me?

Estão como dizia o «poeta incompleto» que foi o alemão Borchert: — continuamos a viver nesta ânsia e só o nosso bem material nos impede que nos canecemos à procura do essencial, cujo símbolo poderá bem ser uma flor agreste ao lado de uma poça imunda.

Só gritos inarticulados, só resignação, não bastam; urge desencadearmos a ofensiva.

Fê-lo agora o ilustre Ministro do Interior, na hora própria, para evitarmos a decadência do que ainda está são na coragem de nós todos.

Escrevo algo à pressa, quando julgava dispor de algumas horas para dialogar à volta do tema que a todos sugerem as palavras da «Tribuna Livre». É menos um estilo por cuidar; mas faço-o confiado em que os

(Continua na 5.ª página)

coso do *intangível* do todo poderoso que se julga superior a sua por vezes torpe vontade à multidão submissa e amorfa.

As palavras do Senhor Ministro do Interior, revelam confiança e certeza que se o público tem deveres também tem direito inalienáveis e o funcionalismo existe para facilitar a solução dos problemas e jamais dificultar.

Resta saber se a lição servirá, se produzirá os frutos desejados, se muitos procurarão rever as suas atitudes sistemáticas de chicotear o público, respondendo-lhe com indiferença senão com o insulto.

É fundamental para uma melhor unidade da família portuguesa que certos indivíduos supostos intangíveis, sejam chamados ao cumprimento integral de deveres servindo os cargos e jamais servindo-se deles, para exercer vinganças, espalhar ódios e criar nas populações graves divisões, que contribuem para confundir a missão daqueles que aceitaram o cargo de levar à frente uma política séria, de verdade e de justiça.

(Continua na 4.ª página)

CARTA DE BARCELOS

PANORAMA DESOLADOR

Já várias vezes nos temos referido ao panorama desolador de Barcelos, quer no aspecto económico, quer no aspecto político. Outros jornais, semanários da localidade e até alguns diários, se têm referido ao atraso em que esta terra tão linda, tão beneficiada de Deus com recursos naturais como poucas, se encontra. Podemos dizer que o progresso é absolutamente nulo, mercê da inactividade e incompetência dos elementos administrativos. De facto, desde há muito que se verifica uma estagnação completa, não se faz uma casa, não se abre uma rua, não se realiza um melhoramento útil à população. Afóra alguns edifícios escolares e a luz eléctrica em algumas freguesias, que para este benefício tiveram de participar largamente, nada se tem feito e nada se pensa fazer. Barcelos tem tido, em boa verdade, pouca sorte com os responsáveis pelo seu engrandecimento. Isto custa dizer, mas, infelizmente, é muito mais doloroso constatar-lo.

(Continua na 5.ª página)

Algumas razões decisivas

Quando eu, numas considerações que melhor se poderiam chamar uma *justificação* do jornal, me referi a coisas de Vieira do Minho e manifestei consideração pela pessoa do Presidente do Município, fui sincero.

O Dr. Guilherme Abreu, que, decisivamente, não prima pela penetração *usque in fi-*

nem dos problemas, assinou as afirmações que se podem ver na «resposta» acima publicada com o relevo que se impõe.

Eu tenho inelutável aversão aos ataques pessoais, às referências ou afirmações que visem pessoas e não problemas. Assim, há uma explicação que se deve desde já aos leitores: é que passo, sereno como sempre, sem virar sequer a cabeça para as ver, ao lado, sobre as afirmações que o Dr. Guilherme Abreu assinou e com que quis ofender-me.

Rematemos, pois, o já decantado problema de Vieira com um esclarecimento aos nossos leitores, não vá dos novos arrazoados que o Presidente da Câmara assinou, resultar confusão e supor-se que somos menos avisados.

* * *

Temos de começar por constatar, em pura dedução—ociosamente embora, porquanto os nossos leitores e amigos costumam penetrar nestas coisas como broca em pedra mole—que há, em Vieira do Minho, uma série de problemas e factos graves.

(Continua na 4.ª/5.ª página)

O CASO de VIEIRA do MINHO

Uma resposta do Presidente da Câmara

(Continuação da 1.ª página)

de que a sua acção muito tem contribuído para o restabelecimento e fornecimento dos princípios do Estado Novo, não obstante as múltiplas manobras corrosivas em todos os lados desencadeadas pelos fomentadores da discórdia, no rescaldo propício da última campanha eleitoral.

O que de modo nenhum poderia aceitar é o público testemunho de consideração que pessoalmente me tributa o Director do semanário. Dispensou essa consideração. Não lha agradeço, porque não lha aceito.

Manifestar apreço por quem se diz ter esforçado, durante largos anos, pelo bem público do concelho de Vieira do Minho e, ao mesmo tempo, dizer-se que a Câmara a que presidido tem cometido os maiores desmandos nos seus actos de administração, é, além do mais, fazer pouco dos leitores da sua gazeta.

Aqui o jornalista não foi «claro e unívoco», embora apregoe a excelência dessas virtudes. E se foi claro, essa clareza resulta do insulto que me é dirigido, mesmo quando rotulado pelo falso colorido da Justiça feita à minha boa fé.

Diz o Senhor Director de «Tribuna Livre» que veio a Vieira do Minho e que ouviu um grupo de pessoas «de muito alta condição» até dentro dos quadros políticos do concelho». Ouvii os casos contados pelos componentes desse grupo e não acreditei que eles fossem verdadeiros. Admitiu, no entanto, uma possível fracção de verdade, como se esta não fosse por definição uma coisa só.

Em que conceito tem V. Excia. a altura da condição do homem cujas palavras considera mentirosas?

Para quem ousa dizer-se empenhado na solução dos problemas políticos do Distrito, temos de convir em que Sua Excia. é pouco exigente sobre a inteireza de carácter dos seus informadores, ou que acolhe informações junto de queles quadros políticos suspeitos onde se gera o boato e se semeia a discórdia que se empenhou em atear no alto relevo das colunas do seu periódico, dando publicidade àquilo em que não acredita e que considera mentira!...

Diz Sua Excia. que eu sou um homem de boa fé. Pudeste eu dizer o mesmo a Sua Excia.?

Na verdade, como se compreende que tenha dado curso às mentiras que ouviu tão desinteressadamente, através de uma conversa que «não quis nem desejar»?

Colocando-se no elevado plano donde abarca o vasto panorama político de todo o distrito, temos de concluir que

a conversa com os seus informadores de Vieira do Minho, teve o baixo nível de mexerico, pouco digno do director de um órgão de informação e de combate. Mesmo assim, manda o respeito pela opinião pública que prestemos alguns esclarecimentos, e cada um que tome a responsabilidade das suas afirmações, como é próprio de todo o homem que se preza.

Respeitando a ordem das acusações, começarei por demonstrar a inconsistência e a maldade da insinuação de que esta Câmara requereu uma acção para ser decretada a demolição de certos barracos, com o fim de amesquinhar uma «pessoa de conceituada reputação local».

Vejamos, pois, o que se passou acerca da citada acção:

1.º.—A acção foi intentada para ser decretado judicialmente a demolição de uns pequenos barracos, de alvenaria e madeira, que estavam a ser construídos dentro da área abrangida pelo Antepiano de Urbanização, sem aprovação do projecto e sem a respectiva licença camarária.

2.º.—A Câmara deliberou notificar os transgressores de que se não procedessem à demolição dos barracos, lhes seria intentada a competente acção, só depois dos Exmos. Director dos Serviços de Urbanização do Distrito e do Subdelegado de Saúde do Concelho haverem chamado a minha atenção para a impossibilidade de se permitir a existência dos mesmos, dado o local em que estavam a ser construídos e o fim a que se destinavam. Para se saber qual era esse fim e quanto eram inestéticos e anti-higiénicos, bastará recordar que no auto de inspecção judicial feita ao local, o Mm. Juiz da Comarca mandou, entre outras coisas, consignar os seguintes factos:—«Vê-se um barraco construído: parte de madeira e parte de pedra grossa, com a altura de 2 metros e o comprimento total de 11 metros, coberto de telhas de Marselha, destinado a retretes, sem condições higiénicas e corte de gado».

3.º.—A Câmara, antes de tomar a citada deliberação, mandara já autuar a transgressão, cuja multa foi voluntariamente paga. Assim e porque os transgressores não diligenciaram no sentido de legalizar a construção, nem procederam, depois de autuados e notificados, à demolição da parte edificada e antes procuraram concluí-la, a Câmara não podia, sem manifesta ofensa da Lei e do seu próprio prestígio, deixar de tomar a atitude adoptada.

4.º.—Não foi o Mm. Juiz de Direito da comarca quem sugeriu o acôrdo, como se afirma na «Carta de Vieira

do Minho» publicada em «Tribuna Livre», mas sim o digno Patrono dos requeridos. E esse acôrdo consistiu, nem mais nem menos, na construção de um edifício novo e condigno do local e na remodelação total dos barracos que passarão a destinar-se, somente, a arrecadação.

Quanto à alusão ao modo como decorreu o último acto eleitoral neste concelho, dispenso-me de a comentar, visto que ninguém ignora que, quer a campanha, quer esse acto, não tiveram a ofuscá-los o mínimo desacato por parte dos eleitores ou o menor desmando e a mais pequena prepotência por parte das autoridades. É também do conhecimento geral que o Candidato da União Nacional obteve, aqui, como, aliás, em quase a totalidade dos concelhos uma esmagadora maioria de votos. E se um ou dois Padres fugiram à deontologia da Igreja, esforçando-se por minar a acção da autoridade constituída, não justifica e antes constitui atrevida audácia, o pretender lançar ao rosto de todo o Clero do Concelho de Vieira do Minho, a afronta de que ele abandonara o Altar para entrar no Campo da luta meramente política e pessoal. Por isso, como católico praticante e acérrimo defensor do Clero que sabe dignificar a Igreja e enaltecer a Cruz, não posso deixar de recriminar, publicamente, tão audaciosa como insinuante afronta.

Passando, agora, à conversa que o Director de «Tribuna Livre» teve, nesta Vila, com um grupo de pessoas «de muita alta condição», e respeitando a ordem da mesma, vejamos o caso das Escolas de Guilhofrei:

1.º—Por Portaria de 12-9-1951 foi concedida a comparticipação de 11.659\$20, destinada à reparação das duas salas de aula do edifício dessas Escolas. Convidaram-se, então, vários construtores civis a apresentar propostas particulares, no sentido de a obra ser executada por tarefa. Como a proposta mais baixa era superior a 70 contos, a Câmara decidiu não executar a obra, atendendo a que a comparticipação era muito pequena, e, em reunião de 18-10-1951, deliberou mandar proceder a um novo estudo das obras necessárias à total reparação do edifício, incluindo a restauração das paredes, em ruína, das casas de habitação dos professores e o seu arranjo interno. Com efeito.

2.º.—Por Portaria 24-7-1952 foi concedida a comparticipação de 68.000\$00. Assim e porque a comparticipação do Estado foi apenas de 40% do custo da obra, a Câmara, na intenção de não ser obrigada a entrar com a tota-

(Continua na 6.ª página)

O caso do abade

(Continuação da 4.ª página)

pediu (sem acusar o Sr. Presidente da Câmara) que providenciasse no sentido de a C. M. ajudar a Comissão em tudo o que fosse possível, sobretudo auxiliando a remover as dificuldades surgidas inesperadamente, constantes de certo despacho.

—A esta exposição-pedido, chama o Sr. Dr. Guilherme «uma acusação». Lamentamos de veras que não compreenda e saiba interpretar melhor as palavras, atitudes e demarches de quem procura o progresso de Vieira; enquanto S. Excia. vir as coisas pelo prisma do assalto à cadeira presidencial, como se poderá vir a fazer alguma coisa de bem?

—O Sr. Presidente afirma que o pároco de Mosteiro e o Snr. João Almeida não repudiaram «essa acusação». Falso. Tanto repudiaram, visto que não foi acusação como tal, que S. Excia. não teve argumentos para se defender, e procurou numa chave-na de café, pedida pelo telefone, e um cigarro, a inspiração que nunca chegou. Foi então que o Dr. Simas Santos tomou o comando da discussão; e como não tinha bases para traduzir o português da entrevista, e da parte final do despacho Camarário, desfechou nervoso e mal educadamente, insultos ao Pároco de Mosteiro. Vejamos o que se passou:

Nunca o pároco deu motivos de desentendimento ao Sr. Presidente; no entanto este intimou-o por meio do Arcipreste e com ameaças, a comparecer na Câmara, com todos os da Comissão, em 21/8/1954, afinal de contas para ser enxuvalhado. Com efeito, o Sr. Presidente intimando a Comissão da Nova Igreja a comparecer sob pretexto de resolver a localização e a ajuda da Câmara para a mesma Igreja, desconsiderou desde o início, com palavras e modos deseducados e desrespeitosos, consentindo, com visível regosijo que o Sr. Dr. Simas Santos, ali propositadamente presente insultasse e ridicularizasse o pároco de Mosteiro, que saiu, pedindo licença. À saída reparando que o Sr. João Almeida o seguia, o pároco disse-lhe. Se quiser fique que eu não posso, pois nunca fui tratado como aqui.

Nesta ocasião, cerca das 13 horas, o Secretário da C. M. a ver e ouvir com o Técnico junto da porta, no corredor, o que se passava desde o início, sem mais nem menos, insultou o seu pároco (chamando-lhe pulha, garoto, coarde, canalha...) em gritaria até à rua, com grande escândalo público. O pároco apesar de enxuvalhado e vexado assim publicamente pelo referido secretário, não o

tomou qualquer atitude contra, por julgar que isto, em parte, foi devido à circunstância do referido secretário ter chegado do almoço que em sua casa ofereceu ao sr. Presidente e outros convivas.

O pároco de Mosteiro, cujo maior anseio é viver em perfeita harmonia, com seus paroquianos, sofreu o maior abalo da sua vida quando soube que os seus paroquianos, ao facto do que se passara, e correndo boato de que o pároco teria de comparecer sob prisão na C. M. afim de continuar a ouvir as exprobrações do sr. Presidente e Secretário, e ainda porque foi entregue por duas praças da G. N. R. uma nota de intimação assinada pelo oficial de diligências da administração para comparecer na Secretaria da mesma Câmara, compareceram em frente das instalações da Câmara numa atitude de solidariedade e de muito apreço para o seu pároco que por sua vez se tinha ausentado.

Frisam-se mais duas circunstâncias: 1.º é que foi o Sr. Governador Civil, a pedido do Snr. Arcebispo, quem impediu que fosse levado a efeito mais este vexame projectado; e 2.º o facto do Snr. Presidente da C. M. não ter tomado qualquer medida contra o seu Secretário, pela sua atitude indigna, e se tivesse limitado apenas a não consentir que ele o prendesse na ocasião do insulto.

—Ainda bem que o Sr. Presidente afirma ter havido «um curto e vivo diálogo» do pároco «com um colega» da Comissão. Se esse «colega» ainda era da Comissão, porque tinha pedido demissão ao Ex. mo Prelado, e não quis assinar o requerimento à C. M., e dizia que já não queria saber da Igreja para nada?

—Claro, interessava que nessa hora fôsse da Comissão, porque sem ele e sem o seu secretário, como sempre, o Snr. Presidente não saberia resolver as objecções e dificuldades.

—Pelo que se depreende da sua carta, o Snr. Presidente ficou com pena por a discussão acabar tão «bruscamente»;—nem admira, porque o seu pároco nessa altura recebia as flores insultuosas que lhe lançavam aqueles que deviam respeitá-lo como seu pároco e pela integridade e zelo sempre demonstrados na sua vida de exemplar sacerdote.

Porque mandou o Snr. Presidente o oficial de diligências a casa do Snr. Almeida, às 18 horas desse mesmo dia, chamar o pároco, que ali se acolheu incomodado com os insultos, para que voltasse à C. M. senão que o ia buscar debaixo de prisão? Seria para lhe pedir

(Continua na 5.ª página)

TRIBUNA do CONCELHO

LUZ ELÉCTRICA

O correspondente da Tribuna Livre em Bouro debate-se com denodo pelo progresso da sua querida terra, que também é nossa.

O jornal enche páginas com assuntos que demonstram a sua inteligência, problemas já velhos onde os homens que o destino colocou em posição de comando vivem para o interesse da colectividade e sem a sua resolução já se não pode viver com felicidade, nem conforto. O concelho de Amares, depois de 33 anos de Estado Novo tem sentido os seus efeitos, não relativos ao seu merecimento mas correspondentes aos homens que por conveniência ou por favor serviram os interesses do município.

É quando se vai ocupar um lugar sem independência e sem um programa prévio declarado de melhoramentos acontece o que se tem visto. Aqui ou ali aparece uma coisa feita, mas para aparecer tem de ser pedida por quem tenha posição e possa imperar no espírito do estadista que delinea e

delimita os melhoramentos. Bouro está, parece, fora da zona periférica para poder ser atendida e lá teve que recorrer para Lisboa por causa da luz. Vamos ver se a última instância dará sentença favorável à justa pretensão. Só se dificuldades financeiras obstem a que se dê um bocado de pão ou injeção de energia aos seres humanos para não recorrerem à bengala para viver. O Plano de Fomento não é letra morta e Bouro terá energia para todos os seus filhos até para aqueles que se ausentaram dos seus interesses no tempo que a sua presença podia ser assinalada com este e outros melhoramentos merecidos. Oxalá que possam ver satisfeita essa aspiração e que outras freguesias tenham igual sorte, pois nós cá por baixo estamos servidos e onde não estamos a Câmara autoriza instalações públicas embora a despesa seja à custa de quem require. Mas seria pior se não autorizasse.

Elisio Gonçalves

BOURO

O Caso da Electricidade

Em aditamento ao que por nós foi dito no penúltimo número deste semanário, cujas palavras, estamos certos, não teriam suscitado a menor dúvida, a quem quer que sobre elas tivesse inclinado o seu olhar, vimos focar mais um motivo bastante forte, para bem merecermos a rápida satisfação do nosso maior desejo, que será o benéfico melhoramento da electricidade.

Os motivos que apresentamos, só por si já muito suficientes para provar que bem merecemos o que solicitamos, e que aliás, já vemos espalhado pelos mais sertanejos lugares, acrescentamos ainda, que possuímos um Posto Clínico, no qual se presta assistência médica e grandes descontos nos medicamentos aos pobres das cinco freguesias mais próximas, muito embora este tenha a sua sede na vizinha freguesia de Santa Marta, é contudo uma propriedade da Confraria de Nossa Senhora da Abadia, segundo o legado do benemérito Francisco Manuel da Silva.

O referido imóvel, que está modernamente construído e dentro do qual se notam as mais exigentes condições de conforto e asseio, possui uma dependência para instalação de um aparelho de Raio X, aparelho que muito facilitará a tarefa dos médicos que ali podem consultar, e acima de tudo, que oferecerá incalculáveis benefícios àqueles, cuja necessidade, os obriga a aproveitar o que qualquer benemérito

lega em seu favor, mas não pode a Confraria fazer a sua aquisição, só porque não temos energia.

Isto podia até reverter em economia para o nosso Município, dadas as responsabilidades que esta assume para pagamento das despesas hospitalares com os pobres do concelho.

É este mais um motivo, para juntar aos que já enumeramos.

O descontentamento do nosso povo, tende a proporções elevadas, mas a sua maior parte alimenta esperanças na favorável decisão de Sua Excelência o Senhor Ministro da Economia.

É justa e sincera a aspiração do povo de Bouro, porque sendo esta uma das freguesias do concelho que mais contribui para os Cofres do Estado, merece bem que com ela se divida algum benefício.

Oxalá que justiça nos seja feita e que tudo venha ao encontro dos nossos desejos, pois também somos Portugueses.

A. Fernandes

NOVOS ASSINANTES

Tivemos o prazer de inscrever como novos assinantes os senhores:

Artur Maria de Aguiar, João Martins, José António Dias Alves, Manuel Cardoso e Maria Pereira da Costa.

Gostosamente fizemos as suas inscrições, o que agradecemos.

O Arciprestado de Amares e os Seminários

No passado dia 12 de Fevereiro, realizou-se no Seminário Conciliar de Braga, sob a alta Presidência do Senhor Arcebispo Primaz, uma reunião magna da O. V. S. (Obras das Vocações e Seminários) em que estavam presentes os Reitores, Superiores e Professores dos Seminários, quase todos os Arciprestes da Arquidiocese Bracarense, muitos párocos e todos os Seminaristas. Nessa reunião foram lidas as esmolas que os fieis deram para o Seminário, durante o ano findo de 1958, ficando assim o nosso Arciprestado com as seguintes verbas:

Amares 100\$00; Barreiros 50\$00; Besteiros 50\$00; Bico 35\$00; Bouro (Santa Maria) 150\$00; Bouro (Santa Marta) 236\$20; Caires 100\$00; Caldelas 500\$00; Carrizado 170\$00; Dornelas 100\$00; Ferreiros 100\$00; Figueiredo 100\$00; Fiscal 90\$00; Goães 250\$00; Lago 200\$00; Paranhos 10\$00; Paredes Sêcas 15\$00; Portela 50\$00; Prosêlo 15\$00; Rendufe 1.200\$00; Rio Caldo 451\$50; Sequeiros 10\$00; Seramil 100\$00; Torre 50\$00; Valdozende 120\$00; Vilar da Veiga 192\$90 e Vilela 162\$50

Total 4.608\$10

Não carece comentários. Esses, fa-los-ão o respeitabilíssimo público. Foram destacadas as três freguesias mais rendosas e mais generosas a saber: Rendufe, Caldelas e Rio Caldo. Parabens. C. V.

ANIVERSÁRIO NATALÍCIO



No próximo dia 23 passa o aniversário natalício do Sr. António Gomes da Silva Briote, digno Comandante do Posto da Guarda Nacional Republicana, data que nos apraz registar sem qualquer sombra de lisonja.

O Sr. Briote, pelo aprumo como tem sabido manter a ordem, devido ao seu espírito disciplinador e zelo profissional, merece neste meio a maior consideração.

«Tribuna Livre» apresenta-lhe muitos parabéns e deseja-lhe a con-

tinuação de boa saúde e êxito profissional.

Ciclismo

Foi solicitado pela Federação Portuguesa de Ciclismo que o grupo desportivo «Os Leões da Modelar», organizasse no dia 8 de Março próximo futuro uma prova no percurso de 50 k. para apuramento do campeão do concelho na modalidade, a que podem concorrer todos os atletas da idade de 17 a 21 anos, pelo que agradecemos a todos os rapazes interessados, para fazerem a sua inscrição na Modelar até ao dia 28 do corrente, impreterivelmente.

A Direcção

Carnaval

A insistência que nos meios rurais se tem feito para convencer a gente moça para evitar defeitos de heranças que depõem contra a civilização, costumes primitivos que nos reconduziriam a épocas remotas de selvageria admitida ainda nas sanzalas Africanas, vai-se evitando o espectáculo imundo de certos folguedos carnavalescos que apenas servem para repetir sentimentos próprios de quem os vive permanentemente. O Carnaval, tempo dos folguedos que precedem a quarta-feira de Cinza, não tem história conhecida que o recomende como coisa aconselhável a qualquer cristão que se respeita. Contudo, como o bom senso aparece quase sempre, no ser humano, depois de praticadas tropelias e disparates que nos fazem arripiar o cabelo quando chegamos a uma idade amadurecida, cabe àqueles que já praticaram actos desconcertantes a obrigação de orientar a mocidade incauta para não cair nesse ridículo que a caracteriza. E como somos todos irmãos em Cristo é em nome desse nosso Pai que deve trabalhar-se para uma sociedade digna desse nome.

Para mais, estamos em época da Quaresma, sinal de penitência.

C.

Assina e propagai a «Tribuna Livre»

Vida elegante

Aniversarios

Fazem anos:

Hoje—O menino Victor Carlos de Abreu Barbosa de Macedo.

Segunda—feira a Snra. Olímpia Pereira Saraiva, e o Sr. João Baptista Pereira Janela.

Quarta—feira a Snra Teresa de Jesus da Costa e o Revmo. Senhor Pe. Manuel Matias Pereira do Lago e Costa, D.mo Arcipreste

Quinta—feira, o Sr. António de Barros Azevedo.

HUMORISMO

Entre amigos

—Ouvi dizer que vocês compraram um automóvel em segunda mão...

—É verdade já fomos passear nele no sábado passado.

—E quem guiou, tu ou teu marido?

—Enpurrámos os dois.

No Tribunal

Juiz—Vamos a saber: consta aqui no processo, que o senhor partiu uma bilha nas costas do queixoso.

Mas... foi um acidente, senhor Juiz!

—Queira esclarecer...

—Sim, senhor. Dr. Juiz: é que eu não tinha intenção de partir a bilha...

Conversando

—Vinha pedira Vª Exa. aumento de ordenado... casei-me a semana passada... Ah! meu caro amigo, tenho muita pena mas não posso ser o responsável por um acidente de que foi vítima fora das horas de trabalho...

PÊLOS

Destruição definitiva pelo processo mais moderno e rápido

RUA DE S. VICENTE 94 || BRAGA

Visado pela C. de Censura

(Continuação da 1.ª página)

A preocupação do muito mal que se faz na maneira como são orientadas as autarquias locais, é a razão fundamental deste artigo.

Tendo de reconhecer que em muitos casos se nos deparam na chefia dos municípios elementos com excelentes qualidades de trabalho, no entanto a sua acção social e política é verdadeiramente trágica, rodeando-se de inimizados, de más vontades que são afinal o prémio de actos infelizes a são levados tantas vezes por um conjunto de indivíduos falhados, que em sua volta formam barreiras para melhor espalhar o descrédito e a intriga. As vezes, um conjunto de pormenores de sómos importância, faz ruir toda uma obra que se afigurava útil e digna dos maiores encómios.

Mas a teimosia persistente de uns tantos que dão vivas ao regime e a todos os regimes que se escondem nos períodos de intensidade política, que se servem à tripa forra dos lugares obtidos com malabarismos já muito conhecidos, conduzem o mentor da autarquia para o abismo, criando-lhe dissabores, incompatibilidades, ódios que jamais se recalcam.

Um problema que concretamente passamos a tratar e que revela um estado intolerável de coisas, passou-se recentemente no Município Esposende e foi devidamente tratado no jornal da sede do concelho.

Um pequeno industrial concorreu a uma obra de demolição de prédios.

Dos cinco concorrentes, foi o que ofereceu a maior importância pelos prédios a demolir, constando da deliberação camarária o seguinte:

«A mais vantajosa (proposta) é do 1.º empreiteiro que se comprometeu a demolir os prédios e arrumar os seus entulhos, com reserva para si, de todos os materiais, excepto as madeiras da casa do Sr. X, oferecendo à Câmara a importância de 4.000\$00.

—A Câmara delibera estudar a forma de com o rendimento destes 4.000\$00 construir um barracão para guardar embarcações da M.P., uma vez que há todo o interesse em manter e incentivar se possível as actividades náuticas da mesma organização.»

Ora tudo isto leva a concluir que o tal empreiteiro seria o preferido, até porque dava mais dinheiro ao Município e este não poderia ser prejudicado por caprichos mesquinhos ou ódios inconcitos.

Pois não aconteceu assim. A Câmara resolveu reconsiderar e entregar a demolição a quem oferecia menos dinheiro, lesando gravemente os cofres, mas levando à frente uma nova e discutível deliberação.

«Na verdade a Câmara, em sua reunião de 19 de Agosto último, não teve intenção nem vontade de adjudicar a demolição dos prédios em referência a quem quer que fosse. O que então resolveu foi sómente estudar a forma de dar a melhor aplicação ao produto da demolição dos prédios e nada mais, como resulta dos termos em que a Câmara se pronunciou.

Nestas condições e considerando bem fundadas as dúvidas do Chefe da Secretaria, a Câmara delibera adjudicar a obra de demolição das referidas casas ao empreiteiro «Z», pela importância constante da sua proposta, demolição que será feita no prazo de 15 dias, o qual se compromete ainda a ceder à Câmara os materiais necessários para a construção das estufas no horto Município, sendo esta proposta mais vantajosa.

A entrega da referida importância será no prazo de 10 dias».

Esclareça-se que a dúvida fundamental do Sr. Secretário recaía sobre a maneira de aplicar os 4.000\$00.

Que tem o proponente, com aplicação que a Câmara faz do capital que oferece?

Mas não terminou aqui o drama doloroso desta autarquia.

O empreiteiro prejudicado reagiu! Agora era preciso encerrar-lhe o estabelecimento.

Entra o «mecanismo» em cena e começa a doença dos ofícios pedindo o encerramento do estabelecimento do empreiteiro lezado.

Sabemos que as Câmaras, infelizmente para o prestígio de um regime político, podem tudo. Pode realmente fechar o estabelecimento ainda que invocando um qualquer plano de Urbanização ou um mesquinho princípio de higiene.

Mas há uma coisa que não encerrará: é mais um detractor da missão das autarquias, que devem dar o exemplo flagrante da justiça e da ausência de ódios e mesquinhas vinganças.

Como este, outros casos vão passando de hora em hora e se uma intervenção decisiva das esferas da governação pode reconduzir o município às suas altíssimas funções de representante concelhio, protegendo os seus municípios, dando-lhes continuamente exemplos de dignidade e de justiça.

A autarquia local está doente! Há necessidade imperiosa de rever a sua missão que está a atraioçar os princípios de uma revolução, fazendo perigar o seu necessário prestígio.

Assim como a história de um país pode ser contada pela história dos seus concelhos, o prestígio de um regime político é marcado pelo prestígio das autarquias locais.

E o prestígio da autarquia adquire-se, na medida em que o seu chefe sabe prestigiar o cargo que lhe for confiado e não se prestigia com o mesmo cargo.

É inadiável um exame crítico aos actos que fitam no âmbito geográfico do concelho, moderando paixões e impondo limites ao exercício de actos que não dignifiquem.

Só assim caminharemos para uma situação onde todos caibam, ao serviço da grei.

O município está em crise! Suporta diagnosticar-lhe os males e dar-lhe a cura que require.

Só assim trabalharemos para a unidade e prestígio da Nação.

Só assim poderemos continuar Portugal, com esperanças na mocidade — que é a certeza da nossa civilização.

Calanus

CARTA DE FAMILICÃO **SIM,** **MUITO BEM**

(Continuação da 1.ª pág.)

leitores adivinharão o que fica por dizer e agarrado ao bico da pena como a seiva que se despega do caule em maré de germinação...

Folguei em ver que outros colegas e mesmo a grande imprensa projectaram, a uma audiência mais vasta, para milhares de leitores, o incisivo das suas frases escaldantes e oportunas, e quis juntar a esses ecos o meu eco que me rebentou do peito.

Ele aí fica materializado, embora curto (deficiência talvez das paredes da minha inteligência em que ressoou) mas fiel ao pensamento sempre vivo e sempre novo que sempre me norteou na vida e alheio a benesses ou aos empurrões dos fracos tornados grandes homens que pululam no nosso meio.

É necessário que se saiba que continuamos num «teatro sem público», quando o teatro poderia estar à cunha, e escutarem-se os gestos com esgares que viessem de fora...

E à «Tribuna Livre» uma palavra:

—Que nunca a mão com que escreve, lhe doa...

Jerónimo de Castro

(Continuação da 1.ª página)

Com efeito, além dos problemas a que a «resposta» do Senhor presidente faz referência, a «TRIBUNA LIVRE», embora aludindo a uma simples conversa ouvida algures, mencionou outros: o caso das obras, aquecimento, aparelho, etc, do Hospital; o caso de ter sido desviada desta Santa Casa a volumosa herança da sra. D. Margarida Rebelo Duarte; o caso do Património dos Pobres; etc, etc.

Temos, pois, que, pelo menos, quanto a estes parece terem sido bem apontados. E já não é pouco...

Na ordem dos casos referidos na «resposta» acima publicada começa o Senhor Presidente pelo caso da acção tendente a obter a «demolição de certos barracos». É claro que, com a côr que lhe deu, os nossos leitores teriam de concluir que acreditamos em conversas sem fundamento.

Temos, portanto, de referir o resto, que ouvimos naquele dia e deixamos no silêncio porque o nosso propósito não era (nunca é) proporcionar «escândalos», antes chamar a atenção, o mais discretamente possível, para os problemas.

Ouvimos — e cremos ser a verdade — que, em certa altura, a Câmara pretendia demolir um prédio em que estava instalado um comércio e onde morava o dono deste, por sinal um conselheiro municipal. Não havia, porém, casa para onde o mudar.

Foram bater à porta de quem tinha uma casa com bons fundos para instalar o tal comércio e o dono disse que sim, fazia o jeito, mas que precisava o autorizassem a fazer uma construção rudimentar em patela e madeira, para guardar tudo que tinha armazenado nos fundos da pretendida casa.

Foi autorizado e foi até o referido conselheiro municipal quem concertou o assunto com a Câmara.

Feita a mudança, logo que a Câmara apanhou a casa livre para demolir, mandou levantar um auto de transgressão por construção dum barraco em lugar submetido ao plano de urbanização.

E, depois... a acção... e tudo o mais.

Vem depois, na sequência do arrazoado assinado pelo Senhor Presidente, a referência à forma como decorreu em Vieira o último acto eleitoral.

Devo dizer que é este um dos pontos em que a redacção traiu a assinatura.

O Senhor Presidente — numa atitude que, se fosse noutra pessoa, teria de chamar-se, a um tempo, adulação e esper-teza salaia — quis mostrar o que toda a gente sabe: que é o Senhor Governador Civil

quem dirige e orienta a política do Distrito e também quem por ela é responsável.

Desta feita, porém, com a referència à forma como em Vieira decorreu o último acto eleitoral, é que o Senhor Presidente não tem na devida conta o respeito pelo próprio Chefe do Distrito.

É que assinar aquele bocado de prosa e, ao mesmo tempo, ser conhecedor de que o Senhor Governador Civil sabe melhor do que ninguém o que, na campanha eleitoral, se passou, em Vieira — é, além do mais, menos respeito.

O Senhor Governador sabe que não é verdade que as eleições em Vieira do Minho tivessem decorrido de maneira tão favorável. Infelizmente, a Oposição teve ali mais de 40% dos votos.

E, mesmo para isto, tiveram as entidades distritais responsáveis de convidar certas pessoas (das que efectivamente ali têm prestígio e só costumam ser chamadas nas horas do perigo) para virem salvar o acto.

O Senhor Governador sabe que o clero acorreu todo, sem excepções, apesar de existirem e se registarem em Vieira do Minho contra membros do clero, alguns dos desacatos e dos atentados mais graves já verificados em qualquer parte.

Olhe, Senhor Presidente: o Senhor Governador até sabe que ninguém garante o bom êxito das futuras eleições para as Juntas de Freguesia, em Vieira, desde que V. Ex. cia continue à frente do município.

Não é que a oposição seja ao regime. É a situação local. Já ouvimos falar em listas decididamente contra o actual estado de coisas.

Há uma referência que repugna a qualquer sensibilidade: é aquela em que diz que um ou dois padres fugiram ao seu dever e deontologia da Igreja (sic).

Não vê, ao menos, que toda a gente sabe que se refere aos dois sacerdotes mais dinâmicos, mais desempoeirados, mais trabalhadores (sem ofensa nem menos apreço pelos outros ilustres membros do Clero de Vieira) e mais úteis que o concelho tem? Não vê que são os dois, precisamente, que mais atitudes públicas têm tomado e mais ostensivamente têm mostrado a sua posição indefectível ao lado da boa política? Vê como as questões pessoais não devem ser metidas nestas coisas? ...

As considerações assinadas pelo Sr. Presidente contra o Director da «Tribuna Livre» versam, seguidamente, sobre o caso das Escolas de Guilhofrei.

Não seria preciso um esclarecimento mais detalhado e concreto, pois o que se lê na «resposta» do Sr. Presidente não constitui explicação nenhuma. Então a Câmara, quando se tratava de uma obra de menos valor, pô-la a concurso; e, quando se tratou

de fazer uma obra de maior importância, decidiu entrar directamente, sob a capa de administração directa, não se, às vezes, vir um diabo Póvoa de Lanhoso com proposta mais baixa.

Sob a capa de administração directa, sim. É que a gente sabe que foi o embaixador Tavares quem a Haja ao menos pudor e não venham fazer afirmações o menos avisado leitor de eira sabe logo não correrem à verdade e realidade dos factos. Que nos interessa lá a côr que, no papel, as suas tomaram?

Quem fez a obra foi o preiteiro Tavares e o seu cio que é de dentro, da mara, porque é funcionário. Estas poucas vergonhas se podem consentir nas maras. Percebeu, Senhor presidente?

É claro que as obras umas e as que se fizeram ram outras. Mesmo as que fizeram foram-no mal. Se ver dúvidas, faça o favor ordenar um inquérito, eu ouvi, naquela para mim célebre conversa, que, na parede que devia ser sustida, foram colocados pedras de ferro a segurar as pedras depois cobertos de mármore. Ouvi que foram empregados materiais tão fracos que os tistas até se chocaram, que foram aplicados materiais velhos, etc.

Ora, tudo isto, Senhor presidente, é verificável tecnicamente. Aquela dos gatos de ferro a segurar pedras não se verificada por qualquer leigo.

É claro que tudo isto só é possível por haver alguém dentro, interessado em tudo isso.

E eu repito: estas vergonhas não se podem consentir nas Câmaras. Percebeu, Senhor presidente?

* * *

Na sequência de tão injustificação vem, depois, o caso dos C. T. T.

Que pasmosa incongruência da atitude e obstrução da mara, que ficava muito centralizada a nova estação dos correios, e é a própria engenharia e administração dos serviços que pretendem local. Como se os C. T. T. não fossem os mais directores, interessados em estar ao serviço fácil do público! Como fosse preciso andar mais de 300 metros para atravessar a vila de Vieira de um extremo ao outro!

Aponta-se, como segundo decisiva razão, o facto do terreno em causa ter sido objecto de uma «célebre» construção e não se sabe se pertence à Câmara, se ao «Senhor». Ora vejamos: dias depois de assinar razões, o Sr. Presidente estava uma transacção (que, já lhe fora proposta há tempo em que reconhece a pro-

... ponto final

CARTA DE BARCELOS

(Continuação da 1.ª página)

Temos no entanto esperanças fundadas de que as coisas mudem, mas reconhecemos que não mudarão se os homens continuarem presos aos lugares que não prestigiam.

Confiamos, no entanto, nós que, desde a primeira hora nos mantemos combatentes ao lado do Estado Novo de Salazar, e esperamos que os Poderes Públicos se compadeçam desta Terra que é portuguesa e que tem direito a gozar os benefícios do progresso. Já estamos cheios de promessas, que outras coisas não têm feito, para se manterem nos lugares, os que não querem ondas e comodamente preferem usufruir uma tranquilidade que só seria legítima se os problemas tivessem sido convenientemente resolvidos. Não podemos esquecer o que se passou em relação à desmantelada Comissão Concelhia da U. N. O triste espectáculo que deu e que os responsáveis de Braga presenciaram e dele tiveram pleno conhecimento, era por si suficiente para uma radical substituição, se houvesse, na reali-

dade, coragem e desejo de remediar aquilo que, desde há muito, devia ter sido sanado. Acreditamos que se não acerte na escolha dos homens, admitimos que se haja sido enganado e que as esperanças tidas fossem completamente desfeitas... o que não achamos digno é que se mantenham pessoas que positivamente não têm qualidades para o desempenho de funções de tanta responsabilidade. Ainda há pouco, alguns que se dizem nacionalistas, e que não vão além de oportunistas, atacavam *alguém* a que atribuíam a responsabilidade da prisão de elementos acusados de propaganda perigosa. Publicamente se diziam, certos responsáveis pela política local, acérrimos defensores desses presos, só para ferirem e porem em cheque uma pessoa acima de todas as suspeitas e que devotadamente serve os princípios de uma sã moral e um nacionalismo isento e puro. É a gente desta que temos estado entregues.

A. F.

O Caso do Abade

(Continuação da 2.ª página)

perdão ou para continuar a «Tourada»?

Ficou-lhe a boca doce e por isso ainda queria que ele viesse daí a 4 dias, não à sua presença, mas à secretaria, para novo duelo; como se V. Ex.ª «católico praticante e acérrimo defensor do clero» — não pudesse entender-se pessoalmente com ele, mesmo em sua casa ou na residência paroquial já que vivem à distância de 100 metros, e junto dele passa 4 e mais vezes por dia. No seu muito e único entender tal sacerdote não sabe «dignificar a Igreja e enaltecer a Cruz». Que pena!

Como consegui, Snr. Presidente, tempo e dinheiro para ir à Ponte da Barca, junto da C. M. desse brioso progressivo e ordeiro con-

celho, colher informações *mas* dos cinco anos de parquialidade do actual pároco de Mosteiro?

Não as conseguiu, porque não existiam. Oxalá a C. M. de Vieira do Minho com espírito de Justiça, colaboração, defesa, harmonia e compreensão para com o clero, copiasse o exemplo da de P. da Barca e de tantas outras.

Aqui fica a *autêntica verdade*, sobre o «caso do abade».

Creemos não ser preciso voltar ao assunto pois já é velho, e outros *casos de abades* podem ser descobertos para confirmar, que é impossível aliar o «sim» do clero com o «não» da C. M. de Vieira do Minho.

M. P.

CARTA DE BRAGA

Visita Pastoral a Crespos

Crespos, no dia 15 do mês em curso, revestiu-se de Júbilo.

Pelas 14 horas e 30 minutos, chegou à bela, risonha e pitoresca freguesia de Crespos, Sua Ex.ª Rev.ma o Senhor Arcebispo Primaz, D. António Bento Martins Júnior, acompanhado dos Rev.mos Sn.res: Cónego Apolinário, P.e João Manuel de Barros, Dig. no Arcipreste, e vários clero.

Sua Ex.ª Rev.ma foi recebido com grande entusiasmo pelo povo das freguesia e cir-

cunvizinhas, calorosamente, que não cessavam de dar vivas e cantar Salvé eleito de Cristo cingido... Coração doiro o Espírito Santo, etc..

Em seguida, a menina Teresa de Jesus Almeida Pereira, ofereceu a Sua Ex.ª Rev.ma, um bellissimo ramo de flores, dizendo:

Ex.mo e Rev.mo Snr. Arcebispo. Este ramo representa a Pureza de toda esta juventude,

(Continua na 6.ª página)

Sobre este, porém, bastará remetermos o leitor para um artigo que, sobre o assunto, nos foi enviado por um colaborador e junto publicamos.

* * *

O último assunto versado na «resposta» assinada pelo sr. Presidente é o da reunião dos irmãos da Santa Casa da Misericórdia.

Tenho de dizer desde já que não concebo, não sei explicar como é possível uma pessoa que a si própria se deveria considerar digna e de responsabilidade, fazer num jornal afirmações tão descaradamente falsas.

O signatário da «resposta», tão pertinho da sua assinatura, com selo branco em cima, diz assim: — «A Mesa da Misericórdia recebeu a proposta de compra de dois prédios, que possui na Avenida Central de Braga e em que se lhe prometia um negócio vantajoso. Em conformidade com os seus Estatutos, a Mesa deliberou ouvir os irmãos. Reunidos, todos se conformaram com o modo de pensar da Mesa, em absoluta unanimidade de votos».

Até aqui o Sr. Presidente. Agora os factos.

A Assembleia Geral começou por um protesto do Sr. Dr. Manuel Gonçalves, Advogado e Conservador do Registo Civil e Predial, e irmão benemérito da Misericórdia, em que o acto foi arguido de nulo por se não ter dado cumprimento aos Estatutos, isto é, não se ter dado conhecimento aos irmãos, na convocatória, do fim para que se convocava a Assembleia Geral.

Depois de muita discussão, terminou pela aprovação da seguinte proposta, apresentada pelo Senhor Dr. Carlos Magalhães, bem conhecido pela sua discordância com a actual situação concelhia:

PROPOSTA

«Após demorada e viva discussão sobre o assunto da «ordem» do dia, ou seja a possível venda dos dois prédios, que esta Misericórdia possui na Avenida Central da Cidade de Braga; Considerando:

1.º — que a mesa não pode informar sobre a área dos prédios e respectivos quintais, largura da fachada, número de divisões e outros pormenores que habilitem os Irmãos a fazer uma ideia, tanto quanto possível exata, do valor dos referidos prédios;

2.º — que a Mesa não tem ideias definidas quanto ao destino que deve ser dado ao produto da possível venda, que tanto pode ser aplicado na construção de casas neste concelho ou fora dele, como na aquisição de outras;

3.º — que não estão estudadas as necessidades habitacionais do concelho, factor importante para que possa conscien-

temente atingir-se o fim em visto, ou seja o aumento de rendimentos para a Misericórdia.

Proponho

Que a Mesa desta Misericórdia faça um estudo minucioso de tudo quanto possa habilitar os Irmãos a formarem opinião sobre o valor dos prédios e as vantagens da aplicação desse valor com vista a um aumento substancial de rendimentos, elaborando um relatório «espécie de caderno de encargos da operação prevista» a todos distribuído para estudo, convocando nova Assembleia — Geral dentro do prazo de três meses, para definitiva resolução do assunto, devendo presidir ao referido estudo o possível valor dos mesmos prédios e ofertas recebidas.

C. Magalhães.»

E para que não ficassem dúvidas sobre a reprovação da ideia lançada pela Mesa, o Sr. Dr. Duarte Carrilho apresentou mais uma proposta também aprovada. O seu texto é pequeno mas significativo:

PROPOSTA

«O abaixo assinado, votando em princípio, como votou, a proposta do Senhor Doutor Carlos de Magalhães, visto que não queria coartar o âmbito de estudo da Mesa, vem propor, como aditamento, que a Santa Casa pondere o caso das construções particulares, visto que, apesar do seu carácter social sersimpático, não está na sua missão e seria, *além de aleatória, uma senda muito perigosa sob o ponto de vista económico e financeiro.*

Braga 8-2-959

O Proponente,

José Duarte Carrilho»

Ora aí está a «comformidade» e absoluta unanimidade de votos» de todos com a Mesa!

É uma questão de pudor.

Se os nossos leitores quizerem uma mais expressiva e sintomática nota sobre a ideia geral e atmosfera reinante entre irmãos e Mesa, podemos informá-los de que os irmãos quizeram saber quem era o pretente comprador dos prédios e quanto oferecia e... nada. Não se podia saber. Era segredo da Mesa.

Da minha parte, agora, uma sugestão ao Dr. Guilherme Abreu: ponto final.

A. Costa

«A Modelar»

Executa toda a qualidade de trabalhos tipográficos, desde os mais simples aos mais luxuosos.

O CASO DE VIEIRA DO MINHO Uma resposta do Presidente da Câmara

(Continuação da 2.ª página)

lidade da importância correspondente aos restantes 60%, valor por que viesse a ser adjudicada a empreitada, pediu autorização para executar os trabalhos por administração directa.

3.º.—Tendo, assim, sido autorizada a execução da obra referente à reparação total do edifício em regime de administração directa, a Câmara limitou-se, independentemente de concurso, a mandar proceder aos respectivos trabalhos.

4.º.—O Município despendeu com a execução da obra a quantia de 105.738\$50, quando é certo que a mesma estava orçada para em 170.000\$00. Economizou-se, portanto, mais de 64 contos.

5.º.—Todos os trabalhos foram fiscalizados pelos serviços do Estado, que aprovaram a obra e os materiais empregados.

Aqui está, Senhor Director de «Tribuna Livre» toda a verdade sobre o caso das Escolas de Guilhofrei, que os seus informadores fingem desconhecer, mas que os documentos não permitem seja deturpada.

Esta Câmara não tem, nem nunca teve, como pretende insinuar, o pecado de anular concursos com o fim de, mais tarde, adjudicar as obras «ao empreiteiro do costume». Sempre que abriu concurso público ou limitado, entregou a obra ao concorrente mais modesto no preço, sem prejuízo das garantias legais. De resto, quem conhece as formalidades desses concursos, só de má fé poderá afirmar o contrário.

Reportando-me, agora, ao que «chamavam o caso dos C. T. T.», esclareço que a Câmara da minha presidência discordou com a construção do edifício destinado à instalação desses Serviços, num local próximo da habitação «dum Senhor que se diz perseguido da Câmara», simplesmente porque ficava na periferia da Vila e, portanto, muito descentralizado, o que constituiria ofensa à comodidade e ao interesse da quase totalidade dos habitantes de Vieira. Por outro lado, opôs-se a que o edifício fosse construído por um particular para ser arrendado aos citados Serviços, no terreno da «Antiga Fábrica de Serração», mas só enquanto não for decidida a questão do contrato que resultou da já célebre arrematação, pela Sociedade Vieirense, desse terreno. Só depois de se saber a quem pertence o terreno em litígio, se à Câmara ou a esse «Senhor», se pode decidir sobre a construção, ali, do edifício em causa, para ser arrendado pelo mesmo «Senhor» aos C. T. T.

E, agora, ocorre-me perguntar, Sr. Director de «Tribuna Livre», se conhece a razão que leva aquele «senhor» a dizer-se «perseguido da Câmara»? Se a não conhece, oiça então:

Essa razão assenta em três factos:

1.º.—Ter a Câmara, por determinação superior, solicitado ao digno Agente do Ministério Público nesta comarca, que propuzesse a competente acção para obrigar os responsáveis pela gerência da Câmara, então da presidência desse «senhor», a repór no Cofre do Município a quantia de 43.411\$97, que dali fora descaminhada com prejuízo da Câmara e em seu proveito;

2.º.—Não terem as circunstâncias que acompanharam a citada arrematação do «Antigo Terreno da Fábrica», em 1945, merecido o respeito da actual Câmara, nem da sua Direcção-Geral, quando consultada sobre as nulidades que tornam esse acto juridicamente inexistente;

3.º.—Ter-lhe a Câmara cortado a liberdade de continuar a construir habitações pociugas, nesta Vila, para arrendar, onde o conforto do lar é uma dolorosa mentira e o vegetar uma triste e desumana realidade.

Quanto à insinuação de que a Câmara chamara o Pároco da freguesia do Mosteiro e desta Vila e um particular à sua «presença», onde este «teria insultado e ofendido gravemente» aquele, constitui mais uma pura e pouca engenhosa deturpação da verdade. O que se passou, foi simplesmente isto:

Tendo-me o Ex.mo Governo Civil informado de que a Comissão Fabriqueira desta freguesia, me acusava de prejudicar a construção da Igreja projectada nesta Vila, convidei todos os membros dessa Comissão a comparecer no gabinete da Presidência desta Câmara, para justificarem as razões de tal acusação, uma vez que me não reconhecia culpado. Todos compareceram. Todos também, à excepção do Pároco e do Sr. João Almeida, repudiaram essa acusação, recriando o colega que porventura e abusivamente a tivesse feito em nome deles. Em face disso e aproveitando o ensejo oferecido por um curto e vivo diálogo que travou com um colega da Comissão, mas não ofensivo e muito menos insultuoso, o Pároco e o citado companheiro, sem o respeito devido ao Presidente da Câmara e ao digno Arcipreste do Concelho e demais colegas da Comissão Fabriqueira, bruscamente e sem apresentar qualquer justificação, saíram do meu gabinete e do edifício da Câmara. Mas, nem por isso, «foi mandada a G. N. R. a casa do Pároco, num dia de

feira», nem em qualquer outro dia, «para o trazer preso, em espectáculo público oferecido aos feirantes».

De resto, só o mágico cérebro dum «adivinho» poderia afirmar que eram essas as criminosas intenções da G. N. R. E, pelo que se vê, esse «adivinho» existe. Nele está, com certeza, encontrado o salvador do concelho; pois, como o mestre já diagnosticou, «Vieira está profundamente doente, e precisa de um homem com capacidade e decisão para a curar».

Não estará, porventura, a capacidade desse homem encerrada na estreiteza da directoria de «Tribuna Livre» ou nos limitados contornos de Amares?

Esclarecida a conversa que V. Ex.a, Snr. Director de «Tribuna Livre», tão piedosamente escutou na tertúlia que o rodeava, resta-me demonstrar-lhe que da sua parte também houve manifesto propósito de cultivar o escândalo, fazendo prognósticos demolidores sobre problemas que só os verdadeiros filhos desta Terra sabem sentir e respeitar.

Referimo-nos, em particular, à reunião da Santa Casa da Misericórdia deste concelho a que V. Ex.a fez a referência num dos artigos, pretendendo *a priori*, estabelecer conflitos que a natureza dessa Instituição de Caridade não comporta.

A Mesa da Misericórdia recebeu a proposta de compra de dois prédios, que possui na Avenida Central de Braga e em que se lhe prometia um negócio vantajoso. Em conformidade com os seus Estatutos, a Mesa deliberou ouvir os Irmãos. Reunidos, to-

BOURO Subscritos Anónimos

Desde há tempos a esta parte, que certas pessoas de Bouro —algumas bastante consideradas—estão sendo vítimas de injúrias e maus tratos, utilizando os meliantes, o estafado processo de subscritos anónimos, cujo conteúdo, por vezes tão injurioso, pode suscitar dúvidas da honestidade e critério das pessoas a quem é dirigido, àquelas que as desconhecem.

Acreditem os leitores, que temos certa repugnância em fazer publicidade destes actos cheios de indignidade, e até de vil covardia, porque contribuem, em grande escala, para o desprestígio de uma freguesia, que aliás, parece ter mostrado reinar entre si, a verdadeira ordem e completo socego. Porém, lá diz o adágio: entre o trigo nasce o joio; mas é tal a nossa vontade de extinguir o indesejável ou indesejáveis que assim procedem, que por mais esforços que fizéssemos, não foi possível contermo-nos sem trazermos, às colunas deste periódico a crónica a que nos referimos, e oxalá que sobre ela repouse o olhar das competentes autori-

dos se conformarem com o modo de pensar da Mesa, em absoluta unanimidade de votos.

E se alguns elementos —por certo aqueles que tiveram a conversa que V. Ex.a escutou —sentiram a necessidade de reprimir o desejo de despertar hostilidades, as suas vozes foram abafadas pelo aprumo e pela consciência de todos aqueles que têm o Hospital de Vieira como a mais generosa expressão das virtudes do povo desta Terra.

Vieira do Minho, 10-2-959

O Presidente da Câmara

a) Guilherme de Abreu

dades judiciais, e acima de tudo, que a Lei preveja rigorosas sanções, para, quando apareça a prestar contas, algum dos autores destas «proezas», ele seja portador de um nítido espelho, onde possam mirar-se os que assim procedem.

Só assim seria possível pôr termo ao abuso destes «fascinoras», que utilizando os mais insólitos processos de anonimato tentam enxovalhar a honra e dignidade das pessoas que se prezam de a possuir.

Estamos certos, de que estes actos não são provenientes de homens que gozam respeitabilidade, porque estes sabem avaliar a responsabilidade que estes maus actos englobam e isto chegaria para os abster de tal; por isso cremos que só um vil canalha, de cujo estofo moral esteja totalmente despojado, seria capaz de cometer proezas deste género.

Que covardia, a dos infames que assim procedem!; ao notarem os indignos actos de que são autores fazem-no anonimamente, confiados que a máscara há-de durar toda a sua vida, e portanto que nunca prestarão contas dos seus actos.

Enganas-te vilão. A máscara há-de cair, ou pelo menos há-de romper-se e deixar-te à descoberta a traçoeira mão que escondeste, quando atiraste a pedra. Então, serás conhecedor do respeito que deves ter pela honra e dignidade do teu semelhante (mas não nos actos).

Desculpem os meus dignos conterrâneos, as minhas expressões, mas notem, como acima digo, que destes ataques caluniadores e injuriosos, têm sido vítimas pessoas que gozam no nosso meio as melhores reputações.

A. Fernandes

CARTA DE BRAGA

Visita Pastoral

(Continuação da 5.ª página)

que juro, e, só quer pertencer a Deus.

Estas palavras foram aplaudidas calorosamente e, neste momento há um entusiasmo pelo povo que não cessa de cantar: *Salvé, Salvé Pastor bem amado etc.* ...

Momentos depois, Sua Ex.ª Rev.ma segue em procissão para a Igreja paroquial, acompanhado do mesmo entusiasmo. «Em rubis cada haste floresça», etc.

A pegar ao pálio vão os Ex.mos Sn.res: Silvério da Costa Azevedo, José Antunes Sepúlveda, Alberto Pereira da Silva Araújo, José Antunes da Silva, Narciso Carlos de Sousa e Manuel Ferreira Lopes.

Ao entrar na igreja, o rev. do P.e Manuel Luiz da Silva Azevedo, dá a Cruz Paroquial a beijar a Sua Ex.ª Rev.ma. Neste momento, o grupo coral

desta freguesia, canta nm excelente «Ecce Sacerdos Magnus».

Seguidamente foram entoados as respectivas orações, da visita Pastoral.

Sua Ex.ª Rev.ma subiu ao púlpito onde agradeceu a calorosa recepção. Momentos depois, começou a explicar ao povo o significado da quadra quaresmal, onde frisou, os quarenta dias que Nosso Senhor Jesus Cristo, esteve no Deserto a fazer Penitência pelos pecados da humanidade.

Também explicou o Santo Sacramento do Crisma. Sacramento este, que imprime carácter, etc..

Depois foi Sua Ex.ª Rev.ma administrar o Santo Crisma. Nesta cerimónia bela eficaz; encontravam-se nas «Levandadas» os Ex.mos senhores: Silvério da Costa Azevedo, Alberto Pereira da Silva Araújo e José Antunes Sepúlveda. Foram padrinhos; a Ex.ma Sn.ra Emília Celeste da Silva Costa de

Azevedo, Dig.ma professor de Cerspos, e o Ex.mo Snr. José Antunes Sepúlveda.

Terminada esta cerimónia as crianças da freguesia de Crêspos fizeram um excelente exame de doutrina. Sua Ex.ª Rev.ma em cada pergunta que lhes fazia, dava-lhes sempre um muito bem.

Vai-se aproximando a noite; os corações daquele belo povo já começam a sentir a aproximação da ausência. Enquanto Sua Ex.ª Rev.ma se aproxima da Residência Paroquial, eis que, de momento, um jovem como que louco de entusiasmo, deu vivas a Sua Ex.ª Rev.ma, à Santa Igreja, ao Santo Padre, etc. e, neste momento o público num entusiasmo como nunca, continua cantando: «*Salvé, Salvé Pastor Bem Amado*». E, neste entusiasmo, assim se despede um bom povo como é aquele de Crêspos, dum pai espiritual das almas.

Parece que ainda estou a ver aquele formidável entusiasmo.

J. S. Martins

TRIBUNA DE TERRAS DE BOURO

Delegado: ANTONINO NOGUEIRA MARTINS

A estrada e o novo hotel do Gerês

O concelho de Terras de Bouro é dos mais pobres do País. O seu município tem um rendimento muito pequeno para uma área, que embora não seja grande, é, na proporção devida muito extensa.

Daí acontece que certas obras, como a da electrificação, se tornam muito dispendiosas. Mesmo assim a Câmara tem feito bastante, de modo a que a maior parte do Concelho já se encontra electrificado.

O maior óbice de Terras de Bouro está na falta de centros urbanizados. Efectivamente, tirando o Gerês, o concelho não tem outro centro urbano que conte, não obstante e sede ir progredindo, bem como Covide.

Apercebido da importância das Termas do Gerês, o Município sempre que pode tem feito o possível por lhe proporcionar o desenvolvimento de que precisa. Ainda há pouco, por inspiração da Câmara, se fizeram diligências, que continuam, para dotar aquele centro com um novo hotel, com todos os requisitos modernos.

Justa a iniciativa, bom seria que se concretizasse e que o Gerês pudesse contar mais um hotel de vulto ao lado dos que já conta.

É, no entanto, preciso, cuidar da estrada nacional Braga-Gerês no troço que vai de Santa Maria de Bouro até às Termas, pois se encontra num estado verdadeiramente deplorável.

No momento em que aquela zona se tornou das de maior interesse turístico da região, com a Abadia, S. Bento, Barragem de Caniçada e Gerês numa área de poucos quilómetros, impõe-se olhar por um pedaço de estrada que está prestes a tornar-se intransitável.

Certamente a Câmara de Terras de Bouro, atenta a tudo que interessa ao seu Concelho, insistirá superiormente para que assim seja.

Caminho Municipal da E. N. 205 — à Balança

Sabemos encontra-se constituída um «comissão de melhoramentos» para levar a efeito nesta freguesia, certas obras, nomeadamente a construção dum caminho municipal que dê acesso aos lugares altos da mesma freguesia (Igreja, Vila, Esposende, Pena, etc.) O pedido foi já feito ao Ex.ºmo Presidente do Município, que o acolheu com a maior simpatia, prometendo auxiliar aquela comissão em tudo o que lhe fosse possível, incluindo a assistência técnica e financeira. Daquela comissão fazem parte os srs. Vice-Presidente da Câmara, Martinho José Afonso; João Manuel da Silva Arantes, proprietário, e outros. Estamos certos de que o referido melhoramento será um facto, tanto mais que é de inteira justiça.

Construção do pontão sobre o ribeiro da Roda, em Pergoim-Chamoim.

Posta a concurso a obra em epígrafe, ficou deserta a praça, certamente em consequência de os empreiteiros considerarem diminuta a importância atribuída para a sua execução (172.000\$00).

Urge rever o orçamento por parte da Ex.ªma Direcção de Urbanização para que um melhoramento de tal importância se não eternize, o que parece acontecerá com os trabalhos executados na obra de const. do C. M. de Chamoim a Carvalho, 3.ª fase, de que foi empreiteiro o Eng.º Alves Martins, de S. João da Madeira. A executar a

Tribuna Desportiva

importante pugna desportiva? Ninguém. Vamos faze-lo nós porque é esta a nossa missão, mas desta vez, arriscando um vaticínio mais por conveniência do que por palpite, dividindo ao meio uma coisa que bem pode pertencer a um só. Guardaremos para o fim este prognóstico mas como os estimados leitores podem verificar ele já está totalmente apresentado.

(No Restelo) O Sporting Bracarense vai até Lisboa para defrontar o Belenenses. Um pouco abatidos com a derrota imposta pelo Benfica, os minhotos não irão com certeza para o Restelo a pensar nos dois pontos que tanto jeito lhe fariam para uma melhor posição nesta prova. O Belenenses, acutelado de qualquer imprevisto e ainda a pensar no jogo com o Torriense, não se deixará surpreender: *Belenses-3 Braga-1*

(Em Guimarães) Os Vimaraneses recebem a Cuf, que no passado domingo arrancou em Torres Vedras preciosa vitória. O jogo não é tão fácil como parece à primeira vista, mas estamos certos de que o onze de Guimarães irá tentar tudo para vencer o encontro: *Guimarães-3 Cuf-1*

(Nas Caldas) Os campeões nacionais vão até às Caldas defrontar o grupo local. Jogo difícil para os Leões que nada têm a perder, a não ser defender o seu nome como equipa grande que o é. Os Caldenses também pouco podem beneficiar, mesmo batendo o grupo lisboeta, mas enfim, é sempre um prazer e uma satisfação para os seus associados. Um empate não estaria mal para este jogo, mas mais uma vez vamos pelos leões: *Caldas-0 Sporting-2*

(Em Coimbra) A Académica recebe no seu ambiente o Lusitano. A turma escolar tem afinado nestes últimos encontros e só ainda não melhorou a sua posição por manifesta falta de sorte. Desta vez, e apesar da boa vontade dos evorenses, os estudantes conseguirão mais dois pontos que bem falta lhes faz: *Académica-2 Lusitano-1*

que se impõem, tendo em atenção os aglomerados populacionais que vão servir. Para tanto, apelamos para o nosso ilustre amigo Snr. Eng.º Cerqueira Pimentel, de Braga, a quem foram confiados os trabalhos de elaboração das respectivas plantas e orçamentos. Bem sabemos que o bom amigo está assoberbado com serviços da sua Repartição, mas... tenha paciência... ajude-nos para bem servirmos os nossos municípios, que bem o merecem.

— Férias de Inverno?! —

A quadra invernososa é sem dúvida a mais triste do ano. Os operários temem-na, anteendo a fome nos seus lares. Os pobrezinhos ficam-se reduzidos à fome e ao frio, pois na mais tristonha das estações do ano dificilmente poderão mendigar a codinha de pão ou juntar lenha para se aquecerem!

Pois há quem fale em férias de inverno, melhor, em desportos na neve, etc.

Isto é mais uma associação de duas palavras, inventada para os que não trabalham...

— Dizem que é sadio o ar frio e cortante da serra que

(Na Covilhã) Os covilhanenses recebem em sua casa o V. de Setúbal. Jogo difícil para os leões da Serra que têm necessidade extrema de vencer. Os Setubalenses jogam à vontade e isto é muito importante em jogos de futebol. O jogo vai ser renhido, mas os serranos acabaram em vencedores: *Covilhã-2 Setubal-0*

(No Barreiro) O Torriense vai até ao Barreiro para defrontar o Barreirense. No passado domingo o grupo de Torres Vedras cedeu em sua casa frente à Cuf, e desta vez no campo do adversário não evitarão a derrota: *Barreirense-3 Torriense-1*

Finalmente temos o jogo monumental a que já nos referimos. Benfica - F. C. do Porto. Deste jogo já mais nada temos a dizer a não ser os votos de que seja uma boa partida de futebol, jogada com aquele sentido de jogo que os grupos possuem e que o público tanto admira e bem merece, pois é ele que paga estes espectáculos e que vence o melhor. E para vaticinar apontamos como se devem ter apercebido, um empate, que afinal só convém aos encarnados pois aos portuenses só a vitória lhes interessa: *Benfica-2 Porto 2*

M. Janela

lhes fustiga o rosto?

— Dizem que é sadio essa reacção intensa do sangue?

— É desporto?

Sim. Mas junto da serra, na qual resvalam a toda a velocidade, há casas onde se sente esse frio e não são possíveis as reacções de sangue quente!

Desportistas da neve, quando vós saístes da cidade, a caminho da serra, não vistes uns casinhotos de pequenas portas, de janelas sem vidros e de telha partida ou colmo moído?

Vós podeis esquiar na serra... mas não vos esqueçais dos que têm neve, frio e fome dentro de casa!

À saída da cidade não vistes mulheres, não vistes crianças, de mãos roxas e gretadas pelo frio, rebuscando nos caixotes do lixo qualquer resíduo que lhes mitigue a fome, enquanto vós seguis viagem em busca de um lindo dia de brancura na serra?!

E à noite regressais ao hotel ou à vossa casa; lá vos espera uma lauta ceia e um aquecimento confortante... E eles? E os dos casinhotos e os do caixote do lixo?!

Eu sei que ripostareis: — «Sempre assim foi. A vida é assim e não sou eu, que a posso melhorar ou mudar».

É verdade. Mas se a não pudeis mudar, fazei ao menos que seja diferente, que melhore um pouco... que os pobres sejam menos pobres!

Quem de vós já pensou que a Providência podia ter ordenado que a casa fria e o caixote do lixo fossem destinados para vós?!

Acredito que se tal vos acontecesse daríeis inteira razão a este pequeno edotarial, pensarias então que era preciso repartir o conforto e o frio mais equitativamente!

E isto, meus caros leitores, não pode ser considerado como doutrina de «bota de elástico»...

B. Carvalho Ribeiro



COMPANHIA DE SEGUROS 'DOURO'

SEGUROS EM TODOS OS RAMOS

FUNDADA EM 1835

Há mais dum século, na "DOURO" está a segurança

AGENTE EM AMARES:

João Gualberto da Silva

Largo D. Gualdim Pais

AMARES

Visado pela C. de Censura

No dealbar duma nova política

(Continuação da 1.^a página)

e sintetismo, encerram toda uma orientação, todo um programa, encerram todo o poder e eficiência que só cabem nos grandes princípios.

Podem, enfim, os que não sãolouvaminheiros e só escrevem porque querem escrever, os são de espírito e de coração, os desinteressados, os serciores da verdade, podem todos esses, sim, dizer as palavras que saíram, ao natural, nas colunas deste jornal modesto mas que — qual grão que teve a sorte de ser lançado no momento em que a terra estava ávida de semente — se multiplicaram, aparecendo, como um grito, noutros jornais, até nos grandes diários: — *Muito bem, senhor Ministro.*

* * *

O Regime realizou no aspecto material, económico e patrimonial—passe o termo porque queremos nele incluir as realizações e melhoramentos de custo concretizado— uma obra inultrapassável por qualquer outro governo, ou sistema concebível. Não há dúvida. Sabem-no até os que o negam.

O desvio das atenções governamentais para a recuperação material que o nosso atraso de 1926 exigia e impunha teve, porém, como directa consequência, um abandono, aqui relativo, além total, da obra política.

Salvo o caso das campanhas eleitorais, que são a mais imprópria das ocasiões de fazer política, os nossos ministros visitam-nos, em Braga como em Faro, para acompanharem e resolverem assuntos das suas pastas. Aqui é uma ponte, estrada, escola ou palácio de serviços públicos, além são quartéis, casas do povo, liceus, portos, etc. Uma vez são serviços públicos que se ampliam, outras vezes são assuntos de ensino, de justiça, etc, etc.

A política local, a do distrito e a do concelho, mormente a política municipal, quem viu já que fossem objecto de indagação e assistência, de visitas, de observação atenta?

Na maior parte dos casos, a nossa política local está na mão daqueles que, estando na berlinda no momento em que o Regime, estruturado já e a braços com a recuperação material, desviava as suas atenções para o mais urgente, se aproveitaram das circunstâncias para se apropriarem dos lugares e das situações.

Assim se iniciou, acabando por instalar-se no País, uma política de conveniência, aqui e além de mentira, uma política de intangibilidade dos seus donos, de insusceptibilidade de crítica, uma política, enfim, em que os objectivos e interesses primaciais oram sempre os de salvar

as aparências e assegurar as posições.

Acho que não devemos esperar que adversários no-lo digam. Acho que, longe de nos comprometermos, só nos valorizamos aos olhos da Nação — que, na sua quase totalidade, o que quer é ordem e paz na justiça — se apontarmos erros e os remediarmos.

Precisamos de iniciar sem demora uma segunda fase na evolução do Regime político — a fase da renovação política. Não podemos continuar a abandonar essa faceta de vida pública. Temos de voltar-nos para a política, mormente para a política local e muito especialmente para a do Município.

É imperioso e urgente que cada português tenha a certeza de que, posto um problema, o aspecto substancial, a essência, a verdade, a justiça não-de prevalecer sobre a conveniência, a honra do convento, a mentira, as aparências.

É preciso acabar com as situações locais que, vistas de fora ou de cima para baixo, parecem de ordem e paz, mas, vistas de dentro e de baixo, logo se constata terem sido levantadas sobre o sacrifício de interesses públicos e de justas aspirações.

* * *

É certo que servir nos lugares políticos, no verdadeiro sentido, é um sacrifício muito pesado.

É. Sèriamente.

É encargo tão sério e oneroso que, salvo o caso raro das grandes abnegações, dificilmente um cidadão poderá servir bem e suportar o sacrifício durante mais de três ou quatro anos.

Nós nunca pensamos outra forma. Temo-lo dito tantas vezes que não podemos deixar de ficar intimamente satisfeitos e cheios de esperança quando, há dias, vemos as palavras que o Senhor Ministro do Interior proferiu, no acto de posse do novo Governador Civil de Leiria.

«As funções de presidente da câmara—disse o Senhor Ministro—são suficientemente delicadas e trabalhosas para exigirem grande sacrifício. Mas não são vitalícias nem desempenhadas por um quadro próprio de funcionários. São desempenhadas por indivíduos que, gozando de prestígio no seu concelho, dão garantia de estarem dispostos a dedicar-lhe alguns dos melhores anos da sua vida».

Eu insisto. Estas palavras valem um grande discurso e encerram o poder dos grandes princípios.

Para mim, enquanto me demonstram que o titular da pasta do Interior, isto é, o responsável pela política nacional, tem a visão clara das coisas e o conceito preciso

do que é servir, elas enchem-me de esperança.

* * *

A acção directa e imediata intervenção do Senhor Ministro impõe-se em muitas localidades por esse País além.

Há casos de homens provavelmente incapazes da função pública e de servir que continuam a manter-se nos lugares, sem explicação alguma.

Que haja erros, mais do que compreender-se, aceita-se, como natural condição humana.

Que haja até pecados, pela mesma razão se explica.

O que não pode tolerar-se nem manter-se, é que, depois dos gritos de reclamação, depois de serem pedidas providências, os erros continuem, os pecados se acumulem, e os seus autores continuem, como que escarninhamente, a afundar uma obra que custou sangue, suor e lágrimas.

Há no Distrito de Braga um concelho onde a política local entrou em profunda crise. A certa altura, a própria Comissão Distrital da U. N. quis remediar a situação. Alguns dos seus membros foram a esse concelho, fizeram uma reunião com os próprios «Senhores» da situação conlhia. Estes fizeram obstrução a todas as soluções. Fizeram-se mais reuniões em Braga.

A certa altura, os «Senhores» do concelho bateram o pé, por escrito e em termos fechados, à própria Comissão Distrital, e lá ficaram.

Tudo continua mal naquele infeliz concelho. Mas eles lá estão.

Há outro concelho onde a Câmara é influenciada por elementos maus. Ali se tem exercido as mais repugnantes represálias. Ainda ultimamente mais uma, exercida sobre um pobre industrial, quando toda a gente sabe que se trata de uma perseguição pessoal.

Veja-se, finalmente, o caso que tem andado nas colunas deste jornal—o de Vieira do Minho.

Aqui ultrapassa até os limites da mera situação política. Surgem casos inadmissíveis desde que falta o respeito e a Autoridade Administrativa se mostra incapaz. Nós poderíamos, para além de tudo quanto tem sido dito, referir, por exemplo, que, pelo facto de contarem com circunstâncias favoráveis, até os que exercem vinganças se sentam à vontade.

Em mais que uma freguesia, foram apedrejadas e alvejadas a tiro residências paroquiais.

Numa delas, começou o pároco a ser injuriado, e difamado, de noite, por funis.

Foi instaurado um processo e, depois de começarem as pessoas a ser chamadas ao

TRIBUNA DE VILA VERDE

Vila Verde caminha na solução

dos seus mais instantes problemas

Dizer-se que o Concelho de Vila Verde caminha rapidamente para a solução de todos os seus problemas, não é verdade, porquanto não o permite o rendimento do Município nem a riqueza do Concelho deixa que a iniciativa particular faça tudo quanto lhe compete.

Mas é verdade, e negá-lo é injustiça flagrante, que a passo certo e firme as suas aspirações vão tendo realização, num ritmo que pode considerar-se, sem favor, muito satisfatório.

Se quisermos ver que assim é, lembremos que o Concelho tem em edifício próprio a sua *Domus Municipalis*, um mercado, um campo de jogos, quartel-sede da Associação dos Bombeiros Voluntários, Santa Casa da Misericórdia e Hospital Obra das Mães pela E. Nacional, Banda Marcial, etc.

Bem servido de estradas, havia um senão que ao observador indiferente causaria desapontamento: o facto de parte do Concelho estar sem electrificar, incluindo nessa parte algumas das principais freguesias.

Atenta ao problema, a Câmara acaba de tomar a decisão que há-de acabar com esta anomalia, pois em sua última sessão deliberou contrair um empréstimo de 1.000 contos para com ele e a respectiva comparticipação do Estado mandar electrificar as freguesias de Atães, Ateãs, Cabanelas, Carreiras (S. Miguel e S. Tiago), Cervães, Escariz (S. Mamede e S. Martinho), Freiriz, Lage, Moure, Nevogilde, Oleiros e Parada do Gatim.

Entretanto, uma ponte sobre o Homem, ligando ao concelho de Amares, dará a nota grande do progresso local, que, sem espaventos, segue, no entanto, com satisfatório andamento.

Não é isto fruto somente dum homem, nem só de uma instituição. A Câmara pertence o maior quinhão, como não podia deixar de ser e por isso todos lhe estão agradecidos. Mas o cômputo altamente lisonjeiro que enumeramos tem muitos artifícios.

Vila Verde tem várias instituições em que se trabalha. Em quanto os Bombeiros ergueram a sua sede e adquiriram materiais a Banda Marcial construiu quase totalmente a sua sede e a Santa Casa da Misericórdia desenvolveu a sua acção, comprou terreno para construir o novo Hospital e caminha bem.

Como se vê, é favorável o juízo que tem de fazer-se das coisas de Vila Verde. Assim os homens não dormem à sombra dos seus louros e continuam.

Tribuna Desportiva

Vaticínio

A jornada que se avizinha é quanto a nós uma jornada quase decisiva para a conquista do título. Benfica e F. C. do Porto, vão defrontar-se no jogo do ano.

O estádio da Luz, necessitava para o jogo do próximo domingo de uma lotação su-

tribunal, para instrução do processo, era de esperar que os autênticos criminosos receassem e se calassem. Pois a verdade é que, mesmo com um processo em instrução, continuam, do alto dos montes, em público espectáculo de degradação e da triste situação a que pode chegar um concelho, a falar por funis e a bolchevizar.

* * *

Mas nós temos fundadas esperanças em que começou já a 2.^a fase do Regime — a da renovação e reformas políticas.

A. Costa

perior, mas como isso não é possível, milhares de aficionados do futebol estarão privados de assistir ao duelo mais importante da presente temporada.

Se o estado do tempo mantiver, não temos dúvidas em afirmar que quem conseguir um peão que seja para grande jogo, viverá um momento emocionante da sua vida de desportista. Pena que a R.T.P. não possa transmitir directa e integralmente o acontecimento mais sensacional desta época de 58/59. Do jogo não interessa verdadeiramente falar, pois sabe-se de antemão ser uma incógnita, como aliás são todos os encontros, principalmente quando medem forças equipas de igual categoria.

É este o caso do Benfica-F. C. do Porto. Quem poderá apontar este ou aquele vencedor? Quem poderá riscar um prognóstico a

(Continua na 7.ª página)